

Presidente

Secretária

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,  
REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2012, NA SALA DE REUNIÕES DO  
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

**PRESENÇAS**

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores Vereadores, António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira e Jorge Guedes Osório Augusto.

**AUSÊNCIAS**

Justificadas a ausências da senhora Vereadora a meio tempo, Margarida José César Osório Silva Duarte, por razões de carácter profissional e do senhor Vereador Manuel José Carmo Coutinho por se encontrar de férias.

**SECRETARIOU**

A Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

**ABERTURA (COD 02)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às 12 horas e deu de imediato início ao período da ordem do dia.

**ORDEM DO DIA**

**01-ASSUNTO: FIXAÇÃO DA TAXA DOS PRÉDIOS URBANOS AVALIADOS, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 112º, DO CÓDIGO DE IMPOSTOS SOBRE IMÓVEIS (CIMI) (COD 27)**

Proveniente do senhor Vice-Presidente da Câmara, presente à reunião a proposta de deliberação n.º 519/33-A/12, datada de 4 de outubro, do seguinte teor:

*“Considerando o alcance das últimas medidas anunciadas pelo Sr. ministro das finanças, na apresentação que fez como alternativas à alteração na taxa social única, “2013 será o primeiro ano em que se refletirá o aumento da base tributável*

Presidente

Secretária

*por via da avaliação geral dos prédios, que tem vindo a decorrer, e que para além disto é eliminada a cláusula de salvaguarda geral, de modo a antecipar este efeito para a generalidade dos proprietários”;*

*Considerando que a digníssima Assembleia Municipal em sessão realizada em 04 de setembro, aprovou a aplicação da taxa em 0,5% (0,3% a 0,5%) para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI (alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do CIMI), salvaguardado o aumento do IMI gradual, conforme refere a informação n.º 396/DFP no ponto 14;*

*Considerando que, o governo vem anunciando eliminar o aumento gradual inicialmente previsto, implicará um agravamento das condições dos proprietários Lamecenses, que já tem os seus imóveis avaliados nos termos alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do CIMI;*

*Considerando que a avaliação que decorre no concelho de Lamego, está em 30% de execução dos prédios urbanos avaliados, num universo de 14.885, prevendo-se que só em meados de setembro do próximo ano, seja concluído todo o processo de avaliação.*

*Propõe no uso da competência atribuída pela alínea b) do n.º 1 do artigo 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal delibere:*

*- Fixar a taxa a aplicar aos prédios urbanos avaliados a que se refere a alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do CIMI em 0,4%.*

*Mais propõe que o assunto seja remetido à Assembleia Municipal, para aprovação.”*

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, com fundamento nas seguintes declarações de voto, aprovar a referida proposta.

Declaração de voto que justifica a posição do senhor Vereador **Agostinho Jorge Paiva Ribeiro**: *“Entendo que a taxa do IMI a aplicar aos prédios avaliados deveria ser a mínima, ou seja, de 0,3% e não de 0,4% como agora se propõe, dadas as atuais circunstâncias financeiras e económicas que o país atravessa. Aliás não compreendo porque não há, inclusive, um abaixamento da taxa para este valor mínimo admitido por lei, pois tenho a certeza que, considerando a gravidade da situação, os cidadãos de uma maneira geral e os lamecenses em particular, vão ter*

*imensa dificuldade em lidar com estes agravamentos fiscais, não havendo, por parte desta coligação qualquer recetividade para a possibilidade de fixarmos unanimemente a taxa pelo mínimo valor percentual que a lei nos permite fixar.*

*Este meu posicionamento rege-se, tão só, por princípios da minha própria coerência e consciência, enquanto vereador do partido socialista que sempre teve esta posição sobre o IMI, e não se rege por princípios históricos do passado, mesmo os do partido que represento, pois sempre fui defensor de que as taxas deveriam ser aplicadas pelos valores mínimos, pelas razões que já estão expressas em várias declarações de voto que emiti ao longo dos últimos anos sobre esta matéria.”*

O senhor **Vice-Presidente da Câmara**, a propósito deste assunto, disse o seguinte:

*“Considero que a proposta expressa uma grande sensibilidade e solidariedade em relação aos lamecenses. Do mesmo modo que considero que tendo em conta que o que se prevê venha a acontecer na próxima liquidação do IMI, a mesma traduzir-se-á numa medida justa e equilibrada, defendendo, assim, os interesses dos munícipes e da autarquia.”*

*Finalmente usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** tendo proferido a seguinte declaração de voto: “Não há nada pior do que não haver estabilidade fiscal, seja na nossa vida pessoal enquanto contribuintes singulares, seja para as empresas, seja para as instituições do Estado. Quando propus a subida da taxa do IMI para 0,5%, fi-lo com a consciência de que isso se traduziria num esforço para os contribuintes, mas que é, apesar de tudo, um esforço justificado e até de alguma equidade, porque sendo certo que há muita gente que tem património, mas que está a pagar esse património com encargos bancários que são difíceis de suportar hoje, também não é menos verdade que há gente que tem muito património abandonado, devoluto e encerrado, representando, no entanto, um encargo para as instituições públicas, nomeadamente os municípios, designadamente no que concerne à prestação de serviços e manutenção de infraestruturas. Considero que esses proprietários têm de dar o seu contributo para a gestão de todo esse edificado. Todavia, quando me apercebi que o Governo Central, através do Orçamento de Estado, para o ano de 2013, iria eliminar a cláusula de salvaguarda que impede o aumento exponencial dos valores a pagar de IMI, sobre os prédios*

Presidente

Secretária

*avaliados, conclui que o impacto resultante poderia atingir dimensões in comportáveis.*

*É neste contexto que devemos reavaliar a situação e nos propomos repor a taxa para 0,4% no valor que ela teve desde que foi criado o Imposto Municipal sobre Imóveis, em substituição da Contribuição Autárquica, quer na vigência dos executivos do Partido Socialista, quer na vigência dos executivos da Coligação, não sendo, por isso, compreensível o voto contra do senhor vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, na medida em que em 2003, 2004 e 2005, as transferências do Estado para as autarquias eram superiores ao que são hoje; as receitas próprias eram superiores ao que são hoje; os encargos financeiros eram muito inferiores; os custos de funcionamento, nomeadamente com equipamentos que entretanto se construíram, eram também mais reduzidos, ou seja, justificar-se-ia nessa altura aplicar a taxa mínima. Já hoje, no contexto económico em que nos encontramos e com as medidas de austeridade que a nível nacional estão a ser tomadas, justificar-se-ia, naturalmente, um aumento, que todavia não faremos, por falta de segurança quanto à existência ou não de medidas que atenuem o impacto nos contribuintes.”*

**02-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)**

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**03-ASSUNTO: TERMO (COD 60)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária